

# Cultura, Cidadania e Políticas Públicas 3

Alvaro Daniel Costa  
(Organizador)



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa  
(Organizador)

Cultura, Cidadania  
e Políticas Públicas 3

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas 3 [recurso eletrônico] /  
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-079-7

DOI 10.22533/at.ed.797192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –  
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,  
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado *“cultura, políticas públicas e sociais”* e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

## SUMÁRIO

### ÁREA TEMÁTICA PRÁTICAS EDUCACIONAIS, MÍDIA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: O DELINEAMENTO DESTA TRAJETÓRIA	
Mariane Brito da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.7971925011	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
ENTRE 1988 E 2018: TESSITURAS ANALÍTICAS POLÍTICO-CONSTITUCIONAIS EDUCATIVAS	
Diego Dias Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.7971925012	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
DARWINISMO PEDAGÓGICO	
Vicente de Paulo Morais Junior	
DOI 10.22533/at.ed.7971925013	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
O USO DOS JOGOS INTERDISCIPLINARES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO LÓGICO DE ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
João Augusto Galvão Rosa Costa	
Olga Teixeira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7971925014	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE PESQUISA: MAPA CONCEITUAL, ENDNOTE E ATLAS.TI FORMAS E USOS	
Adriane Matos de Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.7971925015	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>55</b>
ENSINO DA SOCIOLOGIA E JOGOS DIDÁTICOS: SEU EMPREGO COMO ESTRATÉGIA DE MEDIAÇÃO	
Elisabete Cristina Cruvello da Silveira	
Natalia Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.7971925016	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
PERSPECTIVAS PARA A VIDA ADULTA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO COTIDIANO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	
Annie Gomes Redig	
Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro	
Vanessa Cabral da Silva Pinheiro	
Vanêssa Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.7971925017	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>76</b>
ESCOLA: RELATOS DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<a href="#">Amanda Carlou</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7971925018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>81</b>
ENTRE O FORMAL E O NÃO-FORMAL – ESPAÇOS ONDE A EDUCAÇÃO POPULAR PODE (E DEVE) ATUAR. E, PARA COMEÇAR, PORQUE NÃO JÁ NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS?	
<a href="#">Noelia Rodrigues Pereira Rego</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7971925019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>93</b>
A LINGUAGEM COM AS CRIANÇAS NA ALFABETIZAÇÃO: ENTRE O PROPOSTO E O REAL	
<a href="#">Geisi dos Santos Nicolau</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79719250110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>104</b>
O ENSINO DO IDIOMA PORTUGUÊS PARA MILITARES ESTRANGEIROS COMO SEGUNDA LÍNGUA ATRAVÉS DE ELEMENTOS LINGUÍSTICOS CULTURAIS	
<a href="#">Janiara de Lima Medeiros</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79719250111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>119</b>
A CONTRIBUIÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA PARA A MELHOR COMPREENSÃO DO ESPAÇO ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFF	
<a href="#">Giulia Gonçalves Arigoni Nicacio</a>	
<a href="#">Jéssica Cardoso Martins</a>	
<a href="#">Juliana de Oliveira Borges</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79719250112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>129</b>
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE E A MEDIAÇÃO ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO	
<a href="#">Elisângela Matos Oliveira de Souza</a>	
<a href="#">Ana Luiza Barcelos Ribeiro</a>	
<a href="#">Nadir Francisca Sant'Anna</a>	
<a href="#">Bianka Pires André</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79719250113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>142</b>
TEATRO COMO PRÁTICA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA	
<a href="#">Vinícius Borovoy Sant'ana</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79719250114</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>151</b>
FERRAMENTAS DO GEOPROCESSAMENTO NO ENSINO INTERDISCIPLINAR DA GEOGRAFIA E MATEMÁTICA	
<a href="#">Rosane Vieira da Silva</a>	
<a href="#">Elisandra Hernandez da Fonseca</a>	
<a href="#">Angélica Cirolini</a>	
<a href="#">Alexandre Felipe Bruch</a>	
<a href="#">Suyane Gonçalves Campos</a>	

Fernanda Luz de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.79719250115

**CAPÍTULO 16 ..... 158**

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA DOCENTE

Carine Silvestrine Sena Lima da Silva

Flavia Melo de Castro

DOI 10.22533/at.ed.79719250116

**CAPÍTULO 17 ..... 163**

POLÍTICAS DE CULTURA E DE COMUNICAÇÃO PARA O AUDIOVISUAL: UM “ESTADO DA ARTE” SOBRE A SECRETARIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA

Marize Torres Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.79719250117

**CAPÍTULO 18 ..... 175**

O AUDIOVISUAL E A PRODUÇÃO INDEPENDENTE PARA TELEVISÃO NO BRASIL

Natacha Stefanini Canesso

Fábio Almeida Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.79719250118

**CAPÍTULO 19 ..... 185**

LÓGICAS DA MÍDIA / LÓGICAS DOS PROCESSOS SOCIAIS: O RECONHECIMENTO DO TELEJORNALISMO PELOS PENTECOSTAIS

Catiane Rocha Passos de Souza

DOI 10.22533/at.ed.79719250119

**CAPÍTULO 20 ..... 197**

O CINEMA BRASILEIRO EM SEU PRÓPRIO MERCADO

Filipe Brito Gama

DOI 10.22533/at.ed.79719250120

**CAPÍTULO 21 ..... 209**

DA FÉ MEDIADA AO FIEL MEDIATIZADO: UBIQUIDADE COMUNICACIONAL NAS ROMARIAS DE JUAZEIRO DO NORTE

Ivan Satuf

Cícero Rodrigo Alves Dias

José Everson Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.79719250121

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 222**

## O AUDIOVISUAL E A PRODUÇÃO INDEPENDENTE PARA TELEVISÃO NO BRASIL

### **Natacha Stefanini Canesso**

Universidade Federal do Oeste da Bahia  
(Docente)

Santa Maria da Vitória – Bahia  
Universidade Federal da Bahia (Doutoranda  
PósCom)  
Salvador – Bahia

### **Fábio Almeida Ferreira**

Universidade Federal da Bahia – Escola de  
Administração  
Salvador - Bahia

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo descrever o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (Prodav). Para tanto, situa o Programa no contexto do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), da Agência Nacional do Cinema (Ancine), dos agentes financeiros e da Lei no. 12.485/2011. Na perspectiva de compreender como o Prodav se configurou ao longo dos anos e qual a sua contribuição para a produção, desenvolvimento e distribuição de conteúdo audiovisual independente para o mercado de televisão, foi realizada uma análise documental. Com base no Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual (2013), Regulamento Geral do Prodav (2104) e resultados das Chamadas Públicas de 2008 a 2013, apresenta-se o quantitativo comparativo de obras selecionadas, investimentos e

ampliação do Programa no referido período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Audiovisual; Fundo Setorial do Audiovisual; PRODAV; Produção Audiovisual Independente.

**ABSTRACT:** The article aims to describe the Program of Supporting the Development of Brazilian Audiovisual (Prodav). It places the Program in the context of the Audiovisual Sectorial Fund (FSA), the National Cinema Agency (Ancine), financial agents and the law no.12.485/2011. In the perspective of understanding how Prodav has been configured over the years and what is its contribution to the production, development and distribution of independent audiovisual content for the television market, a documentary analysis was carried out. Based on the Guidelines and Goals Plan for Audiovisual (2013), Prodav's General Regulations (2104) and results of Public Calls from 2008 to 2013, the comparative quantification of selected audiovisual productions, investments and expansion of the Program in that period is presented.

**KEYWORDS:** Audiovisual; Audiovisual Sectorial Fund; PRODAV; Independent Audiovisual Production.

## 1 | INTRODUÇÃO

A discussão acerca das políticas públicas para o audiovisual e das instituições envolvidas na promoção das obras brasileiras presentes neste artigo adensam a pesquisa de doutorado sob o título ‘Processos Criativos da Produção Independente de Animação Seriada Infantil’, sob orientação do professor Fábio Almeida Ferreira. Com o início em 2016, a investigação está sendo realizada no Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia (PósCom/UFBA), com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Este trabalho foi desenvolvido durante a disciplina ‘Políticas Públicas’, ministrada pelos professores Albino Rubim e Renata Rocha no PósCultura (IHAC/UFBA), com uma versão apresentada no XII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). O texto a seguir também contou com as contribuições do grupo de pesquisa que os autores integram no PósCom, o CP-Redes.

No panorama socioeconômico e político brasileiro a partir de 2008, o Audiovisual, através do Ministério da Cultura (MinC), foi tratado como estratégico. Em primeiro lugar, para desenvolver uma das áreas da indústria criativa, aproveitar potencial local, apropriar-se de tecnologia global e elaborar produtos internacionalmente competitivos de um mercado autossustentável. Em segundo, através destes produtos, divulgar o país no mundo e consagrá-lo através de seus atores e produções. E, em terceiro, alcançar metas sociais de inclusão e direito à cidadania, não só proporcionando maior visibilidade às manifestações culturais, grupos étnicos e minorias, mas também retroalimentá-los para maior consciência de seu papel social.

pela primeira vez o par cultura e comunicação foi considerado central, em uma gestão do MinC, para a construção de políticas culturais, especificamente uma política para o audiovisual, abrangente e articulada com diversos atores sociais. (MOREIRA, BEZERRA e ROCHA, 2010, p. 153).

Entretanto, a experiência com a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual mostrou que os recursos, oriundos da iniciativa privada, restringiram-se aos projetos de produtoras com experiência no mercado e às produções de longas metragens. O estudo da Agência Nacional do Cinema (Ancine) de 2006 confirma que

entre os 749 projetos de produção de obra audiovisual, 579 (77,3%) são projetos cinematográficos de longa-metragem. Os projetos de típica destinação para a televisão – séries, programas de TV ou telefilmes – totalizam apenas 79, pouco mais de 10% do total de projetos de produção (10,5%). (...) as leis de incentivo na prática representaram um modelo de produção de longas-metragens cinematográficos, desconsiderando a necessidade de investimentos nos demais elos da cadeia produtiva (IKEDA, 2012).

Ficou evidente que o Estado precisava interferir como promotor de novas possibilidades de fomento. Criou-se, então, o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA - Lei no. 11.437, de 28 de dezembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto no. 6.299, de 12 de dezembro de 2007), que na lógica “par cultura e comunicação”, integra o Fundo

Nacional de Cultura (FNC), destinado a articular toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil e “atuar em gargalos específicos, identificados com base em diagnósticos, pesquisas e estudos técnicos”. (Diretrizes e Metas do FSA)

O FSA atua com programas para cinema e televisão. Mas este trabalho destaca o incremento realizado na área de produção independente para televisão e tem o objetivo de analisar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (Prodav). Neste primeiro momento, a pesquisa foi documental e se ateve às informações que constam no Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual (2013), no Regulamento Geral do Prodav (2104) e nos resultados das Chamadas Públicas de 2008 a 2013. Como se trata de um levantamento para uma pesquisa doutoral em fase inicial, os resultados apresentados são quantitativos. Entretanto, devem encaminhar a seleção de obras e instituições para a compreensão dos processos de negociação entre produtoras independentes e canais de televisão.

## 2 | O FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL

O FSA é gerido por um Comitê Gestor que tem a Ancine como responsável pela sua Secretaria Executiva. É composto por três Programas: o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro (Prodecine), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (Prodav) e o Programa Cinema Perto de Você que tem o intuito de dar acesso, fortalecer e modernizar o cinema no país. Outras atividades podem ser propostas pelo Comitê Gestor a qualquer momento pelo chamado ‘Programas em Potencial’.

Sua conformação possibilita o fortalecimento do mercado nacional a partir de uma relação mais próxima entre cinema e televisão. Simmis (1998) indica que há um olhar mais aguçado sobre a produção cinematográfica e a hegemonia de grupos estrangeiros nos países latinoamericanos, mas que o Brasil precisa de políticas culturais que pensem, de forma criativa, a convergência entre setores público e privado para o estímulo da produção audiovisual nacional. A proposta da autora coincide com a do FSA que tem suas ações orientadas para

a promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento e crescimento sustentado de tal indústria, de modo integral e articulado, atuando ao longo de todos os elos da cadeia produtiva e de suas interrelações, sempre com a visão do todo, mediante o suporte aos diferentes agentes essenciais do sistema. (Diretrizes do FSA)

Na perspectiva de convergência que se elaborou um sistema de recursos com intervenção direta, diferente da Lei do Audiovisual. Os agentes financeiros são o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Caixa Econômica Federal (CEF). O FSA centraliza os recursos gerados pela própria atividade audiovisual porque conta com as arrecadações da Contribuição

para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE - instituída pela Medida Provisória 2.228-1/2001. A contribuição incide sobre a veiculação, a produção, o licenciamento e a distribuição de obras cinematográficas e videofonográficas com fins comerciais, bem como sobre o pagamento, o crédito, o emprego, a remessa ou a entrega, aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, de importâncias relativas a rendimento decorrente da exploração de obras cinematográficas e videofonográficas ou por sua aquisição ou importação, a preço fixo) e parte do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL - fundo contábil, formado pela arrecadação de Taxas de Fiscalização de Instalação e Funcionamento cobradas pela Agência Nacional de Telecomunicações). Os aportes financeiros têm valor máximo e são estabelecidos pelo Regulamento Geral do Prodav (2014). Variam para suporte automático, proposição antecipada e desenvolvimento de projetos. A seguir, a tabela de valores máximos de suporte automático por obra/ação:

	<b>CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>VALOR MÁXIMO</b>
<b>A.</b>	<b>PRODUÇÃO AUDIOVISUAL</b>		
i.	longa-metragem de ficção ou animação	título	R\$4.500.000,00
ii.	telefilme de ficção	título	R\$1.000.000,00
iii.	documentário	título	R\$1.000.000,00
iv.	obra seriada de animação	minuto	R\$10.000,00
v.	obra seriada documental com até 13 capítulos ou episódios	capítulo ou episódio	R\$105.000,00
vi.	obra seriada documental com mais de 13 capítulos ou episódios	capítulo ou episódio	R\$75.000,00
vii.	obra seriada de ficção com até 13 capítulos ou episódios	capítulo ou episódio	R\$200.000,00
viii.	obra seriada de ficção com 14 a 26 capítulos ou episódios	capítulo ou episódio	R\$160.000,00
ix.	obra seriada de ficção com mais de 26 capítulos ou episódios	capítulo ou episódio	R\$125.000,00
<b>B.</b>	<b>PROGRAMAÇÃO DE CANAL DE TELEVISÃO</b>	projeto de programação	R\$10.000.000,00

QUADRO1. Aportes máximos do FSA no suporte automático.

Fonte: Regulamento Geral do Prodav. No caso das obras seriadas de ficção e documentais, os valores máximos serão ampliados em 50% para os capítulos ou episódios com mais de 45 minutos.

As aplicações do FSA podem ser em investimento, financiamento, equalização e valores não-reembolsáveis. Este sistema de arrecadação e distribuição de recursos está diretamente ligado ao potencial do Estado que Jambeiro (2000) denomina “Promotor”, mas também atua como “Regulador”. Como explica Jambeiro (2000), nosso processo de radiofusão se constituiu sob bases comerciais, mas teve o Estado como um ator importante no seu processo de desenvolvimento. O autor indica três dimensões ao processo. O Estado como proprietário, promotor e regulador. Como regulador, sua função é de “fixar regras claras de instalação e operação, que eliminem

as incertezas e desequilíbrios. Este é o principal papel do Estado, hoje, no Setor de Informação e Comunicações.” (JAMBEIRO, 2000, p. 23)

Pode-se afirmar, portanto, que o FSA

induz a uma maior articulação entre produtores e exibidores e representa uma ampliação do fomento direto do governo ao setor, possibilitando, em médio prazo, um equilíbrio com os recursos terceirizados por meio de renúncia fiscal. Logo, teoricamente, o mecanismo opera dentro de uma lógica estratégica de sustentabilidade do setor. Mas, para tanto, é preciso que a agência proporcione as condições regulatórias, finalmente atacando na raiz as causas da crescente concentração que distorce a economia setorial. (DA RIN, 2010, Itaú Cultural)

Neste contexto, a Ancine recebeu “novas competências relativas à regulação e ao desenvolvimento do mercado de conteúdos audiovisuais para televisão” (PDM 2013, p.25) a partir da aprovação da Lei nº 12.485/11. Conhecida como Lei da TV Paga, instituiu porcentagem de conteúdo nacional e de produtora independente brasileira nos canais de televisão por assinatura. Segundo a Ancine, “o marco regulatório dinamizou o mercado, gerou demanda por novos conteúdos brasileiros e ampliou o financiamento da produção independente. A produção de conteúdo brasileiro saltou de 1.007 horas em 2011 para 3.884 horas em 2013”. Mas o mais relevante da Lei é “estabelecer cotas de programação na TV por assinatura, buscando prover uma oferta de conteúdos mais representativos da diversidade e da pluralidade da sociedade brasileira, conforme os princípios constitucionais” (IKEDA, 2012).

A Lei nº 12.485/11 garante à Ancine condições técnicas e legais de atuação. Mas é importante ressaltar que como “agência reguladora que tem como atribuições o fomento, a regulação e a fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil” (Portal Ancine) em um ambiente promotor de diversidade e pluralidade, ganha capital simbólico ao se tornar gestora do FSA. Este capital lhe proporciona poder para interferir nas disputas do campo do audiovisual como um todo e mais autonomia nas decisões regulatórias futuras (BOURDIEU, 2005; 2013).

### 3 | O PRODAV

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (Prodav) foi instituído pelo artigo 4º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006. Suas políticas públicas estão relacionadas aos princípios da Lei da TV Paga (comunicação audiovisual de acesso condicionado, inscritos no art. 4º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011), à política nacional do cinema (Art. 2º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001) e à Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade e das Expressões Culturais da Unesco (Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007). Tem como objetivo geral “expandir a produção independente de conteúdos audiovisuais, com qualidade técnica e artística e diversidade de gêneros, formatos, autores, públicos-alvo e origens regionais” (Regulamento do Prodav, 2014). Também se propõe a atuar nos arranjos produtivos locais; expandir conteúdos de

produção nacional nas televisões por assinatura e *on demand*; integrar cinema, televisão e internet para melhorar a circulação das obras; contribuir com ambientes organizacionais de inovação aptos a dialogar, negociar e estabelecer concorrência para o crescimento e visibilidade do mercado nacional como um todo.

O planejamento do Prodav levantou áreas prioritárias de atuação e definiu 06 (seis) módulos a serem implementados de 2013 a 2016: módulo de desenvolvimento de projetos, módulo de desenvolvimento regional, módulo de produção de conteúdos, módulo de infraestrutura de produção, módulo de difusão e circulação de conteúdos, módulo de inserção internacional. Como já citado, o Regulamento prevê que outras linhas podem ser criadas nos Planos Anuais de Investimentos.

As chamadas do Prodav se iniciaram em 2008, através de quatro etapas: chamada pública, habilitação, pré-seleção e resultado final. Até 2010, o FSA realizava quatro chamadas por ano, uma para cada Linha (A, B, C e D), sendo a linha B a única específica do Prodav e Produção para TV. As demais Linhas do FSA foram destinadas ao Prodecine. O resultado final da Chamada Pública MCT/FINEP/FSA – PRODAV – 01/2008 contemplou 05 (cinco) projetos e o investimento final previsto foi no total de R\$ 3.125.878,80. Em 2009, 23 projetos estavam entre os selecionados finais, com um montante de R\$ 17.757.222,00. Em 2010, foram 21 projetos com investimento previsto de R\$ 19.980.000,00.

Em 2011, não foi publicada chamada. Foi o ano de transição dos Governos Lula-Dilma e conseqüente revisões nos processos do MinC. Anna Maria Buarque de Hollanda assumiu o MinC em 01 de janeiro de 2011 e a hipótese é de que houve mudança drástica nas orientações administrativas. Também foi aprovada a Lei nº 12.485 e como citado, houve a reconfiguração no papel da Ancine. Em 15 de março de 2012, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul é credenciado pelo Comitê Gestor do FSA. “Foi a primeira instituição financeira contratada de BNDES no molde de agente financeiro central (...) para operação das linhas de produção e distribuição de obras audiovisuais para cinema e televisão” (Portal FSA). Neste ano, a chamada pública obedece ao mesmo padrão dos anos anteriores, mas adicionando corpo técnico e agente financeiro, passa a ser denominada Chamada Pública BRDE/FSA PRODAV 01/2012.

Esta Chamada Pública destina-se à seleção, em regime de fluxo contínuo, de projetos de produção independente de obras audiovisuais brasileiras destinadas à exploração comercial inicial nas janelas de radiodifusão de sons e imagens ou de comunicação eletrônica de massa por assinatura, no formato de obra seriada (minissérie ou seriado) do tipo ficção, documentário e animação ou de documentários com metragem superior a 52 minutos, visando a contratação de operações financeiras, exclusivamente na forma de investimento. Os projetos poderão ser inscritos na modalidade aporte de recursos na produção. (Portal BRDE/FSA)

No total foram selecionados 81 projetos e previsão total de investimento de R\$ 84.690.320,40. A Chamada Pública BRDE/FSA PRODAV 01/2013 é de fluxo contínuo

e deve permanecer aberta. O total de recursos no momento de elaboração deste artigo foi de R\$ 136.000.000,00, com 109 projetos selecionados.

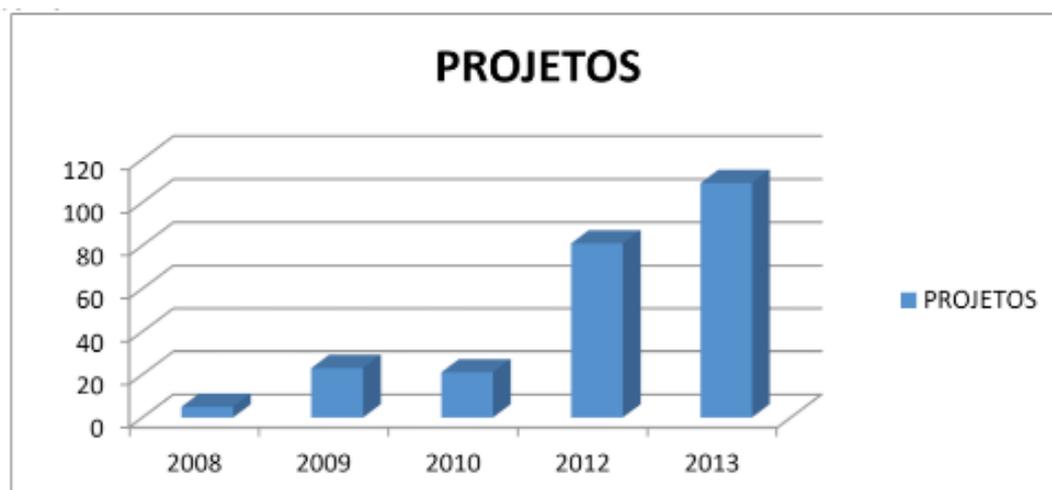


GRÁFICO 1. Quantidade de projetos selecionados por Chamada Pública - Prodav Linha B e Prodav 01.

Fonte: Resultados das Chamadas Públicas no período de 2008 a 2013. Elaborado pelos autores.



GRÁFICO 2. Investimentos totais por Chamada Pública.

Fonte: Resultados das Chamadas Públicas no período de 2008 a 2013. Os valores estão expressos em Reais. A Chamada Pública 2013 é de fluxo contínuo. Elaborado pelos autores.

Importante destacar que em 2013, a Ancine publica o Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual (PDMA) com um estudo de mercado e apontando para o crescimento na demanda de obras nacionais para televisão. O Plano prevê ações até 2020 e destaca a importância das pequenas empresas do setor, do desenvolvimento da cadeia produtiva regional e da necessidade de internacionalização das obras.

Neste contexto de expansão, o Prodav deixa de ser Linha B, entre as demais linhas do FSA dedicadas ao cinema, e ganha maior espectro de atuação. Ainda em 2013, são instituídos os Prodav's 02, 03, 04 e 05. Em 2014, os Prodav's 06 e 07 indicam o amadurecimento do setor. São chamadas destinadas ao financiamento de ações para aqueles que obtiveram bom desempenho comercial ou se destacaram em premiações, mostras ou festivais, respectivamente.

Entretanto, a análise dos resultados das citadas chamadas dá a compreensão de que apesar do aumento de participação das produções das regiões norte, nordeste e centro-oeste, ainda há um déficit em relação ao sul e principalmente ao Sudeste. Em frente a este cenário e também com os desafios de “expandir o mercado interno, universalizar o acesso da população aos serviços audiovisuais e transformar o Brasil em um dos cinco maiores centros produtores e programadores de conteúdos do mundo” (Ancine), foi lançado em 2014, o Programa Brasil de Todas as Telas. Nele está previsto maior percentual de investimento nas regiões norte e nordeste, editais regionais para produção de conteúdo para televisão pública, recursos para núcleos criativos e desenvolvimento de projetos.

Trata-se de uma ação governamental, não ministerial ou setorial, com quatro eixos que pretendem integrar capacitação, produção e difusão de conteúdos brasileiros, acesso, democratização e modernização de espaços e equipamentos. O primeiro para desenvolvimento de projetos, roteiros, marcas e formatos, com aporte financeiro maior, a partir do envolvimento de instituições regionais; o segundo de capacitação e formação profissional, com parceria do Ministério da Educação com criação do Pronatec Audiovisual e de 20 cursos em 12 capitais; o terceiro para produção e difusão de conteúdos brasileiros, articulando produtores, distribuidores, programadores, TV’s públicas e parceiros internacionais, prevendo ações em outros países; e o quarto trata-se do Programa Cinema Perto de Você para abertura e modernização de salas de cinema em todo o território nacional.

Nesta proposta de maiores investimentos para a regionalização, surgiram os Prodav’s de 08 a 12 para “projetos de produção independente de obras audiovisuais brasileiras, com destinação inicial ao campo público de televisão (segmentos comunitário, universitário, educativo e cultural)” (Prodav, 2014). A partir do exposto, as chamadas do Prodav podem ser organizadas de acordo com o quadro a seguir:

<b>PRODAV</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>DESTINO DE INVESTIMENTO DO FSA</b>
Prodav 01	Produção	Produção independente de audiovisual para televisão
Prodav 02	Produção	Produção independente pré-selecionada por canal de televisão aberta ou fechada
Prodav 03	Desenvolvimento	Núcleos criativos
Prodav 04	Desenvolvimento	Laboratórios de desenvolvimento
Prodav 05	Desenvolvimento	Desenvolvimento de projetos
Prodav 06	Suporte Automático	Desempenho comercial
Prodav 07	Suporte Automático	Desempenho artístico
Prodav 08	TVs Públicas	Produção de conteúdos para TV’s Públicas - Norte
Prodav 09	TVs Públicas	Produção de conteúdos para TV’s Públicas – Nordeste
Prodav 10	TVs Públicas	Produção de conteúdos para TV’s Públicas – Centro-Oeste
Prodav 11	TVs Públicas	Produção de conteúdos para TV’s Públicas – Sudeste
Prodav 12	TVs Públicas	Produção de conteúdos para TV’s Públicas - Sul

**QUADRO 2.** Resumo dos objetivos de cada linha de atuação do Prodav.

## 4 | CONCLUSÃO

Incontestável é o desenvolvimento do mercado do audiovisual brasileiro a partir de 2008. Incontestável também é a capacidade de organização do Estado para planejar, implementar, avaliar e revisar suas políticas e seus programas. O Prodav concretiza estas afirmações. Observou-se a necessidade de outras formas de fomento ao audiovisual a partir da experiência com políticas de incentivos oriundos da iniciativa privada. Estas tendem a beneficiar empresas já consolidadas, atender às demandas dos próprios incentivadores e, especificamente, para o mercado audiovisual, investir prioritariamente em cinema.

O Estado, no papel de promotor e regulador, estabelece novas perspectivas de investimentos com o FSA, atendendo ao cinema e à televisão. Percebe-se que, no caso da televisão, em função de um sistema econômico baseado em grandes conglomerados de comunicação, há necessidade de uma intervenção maior a partir de leis, que exijam diversidade, regionalização e nacionalização dos conteúdos. A Lei da TV Paga é promulgada. O próximo passo é dar condições para que as pequenas empresas, produtoras fora do eixo Rio-São Paulo, participem da cadeia produtiva do mercado em ascensão. Da mesma forma, também é importante valorizar aquelas que já têm expertise e contribuem com inovação para o setor. O Prodav, não só cresce em números com maior participação de projetos e maior aporte financeiro, mas representa a competência de se acompanhar o movimento de mercado.

O Programa Brasil de Todas as Telas foi criado para atuar regionalmente, mas os resultados ainda não são perceptíveis. Também existem metas de internacionalização, previstas no PDMA que não foram atingidas. O desafio do Prodav, diante das perspectivas políticas brasileiras atuais, é manter seu impacto positivo no setor e continuar atendendo aos interesses da produção independente regional majoritariamente. É possível uma expansão nos próximos anos, já que os recursos, até então, estão garantidos pelos agentes financiadores.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DA RIN, Silvio. **Dez anos de Políticas Públicas para o Audiovisual Brasileiro**. Revista Observatório Itaú Cultural. OIC. No. 10. Set./dez. 2010. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2010.

IKEDA, Marcelo. Crônica de uma separação: as políticas públicas para o audiovisual e o estímulo à produção independente. Revista Electrónica Internacional de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. Vol. XIXm nº 3, Setembro-December, 2012.

IKEDA, Marcelo. Uma nova Ancinav, um grande desafio. Retrato do Brasil, São Paulo, p. 59 - 54, 05

de dezembro de 2011.

JAMBEIRO, Othon. A TV no Brasil do Século XXI. Salvador: Edufba, 2001.

JAMBEIRO, Othon. Regulando a TV: uma visão comparativa no Mercosul. Salvador: Edufba, 2000.

LIMA, Heverton. Lei da TV Paga: políticas públicas e regulação do audiovisual. VI Congresso de Estudantes de Pós-Graduação em Comunicação. GT 2 - Políticas e Análise do Cinema e do Audiovisual. UERJ, Rio de Janeiro, outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.coneco.uff.br/ocs/index.php/1/viconeco/paper/viewFile/710/269>> Acesso em 20 ago 2015.

MOREIRA, F.R.; BEZERRA, L.; ROCHA, R. A secretaria do audiovisual: políticas de cultura, políticas de comunicação. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). Políticas Culturais no Governo Lula. Coleção Cult (06). Salvador: Edufba, 2010.

**Plano de diretrizes e metas para o audiovisual:** o Brasil de todos os olhares para todas as telas. 1ª edição, julho/2013 Rio de Janeiro: Agência Nacional do Cinema, 2013.

Portal Brasil. Brasil de Todas as Telas abre inscrições para produção em TVs Públicas. In: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/12/brasil-de-todas-as-telas-abre-inscricoes-para-producao-em-tvs-publicas>. Acesso em 21 mai 2016.

**Prodav.** Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro. Regulamento Geral. FSA, Ancine: 06.10.2014.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-079-7

